

Sistematização mantém estabilidade no emprego

Extingue Conselho de Segurança Nacional e indica cidadãos comuns para o Conselho da República

O anteprojeto da nova Carta, elaborado pelos relatores da Comissão de Sistematização, mantém a estabilidade de no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais, aprovadas pela Comissão da Ordem Social, e extingue o Conselho de Segurança Nacional, a ser substituído pelo Conselho da República, que será integrado pelo Presidente da República, pelos presidentes da Câmara e do Senado e os líderes da maioria e da minoria, por um ministro militar e seis cidadãos maiores de 35 anos — dois indicados pelo Presidente,

dois eleitos pelo Senado e outros dois pela Câmara.

O anteprojeto já está sendo contestado por deputados que integram a Comissão da Ordem Econômica e não aceitam que a Comissão de Sistematização altere as decisões ali tomadas quanto à reforma agrária. De outro lado, o líder do PMDB Mário Covas tenta mobilizar os peemedebistas para fecharem com as propostas "avançadas" contidas no relatório da Comissão de Sistematização.

Texto fica com 364 artigos

A Comissão de Sistematização já reduziu os sete pareceres entregues pelas comissões temáticas a 364 artigos, além de 67 disposições transitórias. O resultado do trabalho do grupo de oito relatores foi entregue ontem ao deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Sistematização, pelo deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ).

comunicação, que não aprovou parecer).

ATRASO
O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, e os quatro relatores adjuntos, não conseguiram concluir ontem o projeto de Constituição que terá de ser remetido até amanhã ao presidente Afonso Arinos, porque os trabalhos ficaram "emperrados" na parte es-

pecífica da Comissão do Sistema Tributário e alguns pontos da Ordem Social. Mas conseguiram avançar em outras questões polêmicas, como a extinção do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e criação do Conselho da República para substituí-lo.

Mesmo assim, o trabalho de compatibilização dos relatórios aprovados nas comissões temáticas já está bastante adiantado, sendo que os relatores já conseguiram eliminar mais de cem artigos repetitivos ou conflitantes. Na parte da tarde, o relator Bernardo Cabral recebeu o arcabouço constitucional elaborado pelo grupo de oito relatores auxiliares, que será utilizado como fonte de consulta para o fechamento do texto do projeto que está concluindo.

A proposta de criação de um Conselho da República para substituir o CSN, foi pinçada do parecer do relator Egidio Ferreira Lima, da Comissão de Organização dos Poderes, porque foi considerado mais democrático. Acabou sendo derrotada a proposta do relator Prisco Viana, da Comissão de Sistema Eleitoral e Partidário, que previa a manutenção do CSN, com a criação do Conselho Constitucional, um órgão de consulta de natureza política para assuntos de ordem pública e paz social.

Eis o preâmbulo da nova Carta:

“Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Nacional Constituinte, afirmamos no preâmbulo desta Constituição, o nosso propósito de constituir uma grande Nação baseada na liberdade, na fraternidade cristã, na igualdade, sem distinção de raça, cor, procedência, religião ou qualquer outra, certos de que a grandeza da Pátria está na saúde e felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na equitativa distribuição dos bens materiais e culturais, de que todos devem participar. Afirmamos também, que isso só pode ser obtido com o modo democrático de convivência e de organização estatal, com repulsa a toda forma autoritária de governo e a toda exclusão do povo do processo político, econômico e social. A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou por consulta. O voto é secreto, direto e obrigatório, e as minorias terão representação proporcional no exercício do poder político”.

Moderados contestam relatores

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), representante da ala dos moderados na Comissão da Ordem Econômica, afirmou ontem que vai levantar uma questão de ordem ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para que ele defina os limites de atuação da Comissão de Sistematização. Cardoso Alves e outros constituintes da Comissão da Ordem Econômica acreditam que o relator Bernardo Cabral e os relatores adjuntos do PMDB (Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins, Nelson Jobim e José Inácio) estão extrapolando em suas atribuições modificando os anteprojeto aprovados nas comissões temáticas.

PMDB autêntico, liderado pelo senador Mário Covas (PMDB-SP), a solução encontrada pelo relator Bernardo Cabral também não foi aceita. Numa tentativa de conciliar as divergências na Ordem Econômica, os relatores adjuntos escolheram a definição de reforma agrária aprovada na Comissão da Soberania.

Na opinião do deputado José Lins, essa atitude é anti-regimental. “Não se pode desvalorizar o texto de uma comissão em detrimento de outra”. Ele argumentou ainda que o tema reforma agrária está vinculado à Ordem Econômica e não à Comissão da Soberania e Garantia dos Direitos do Homem e da Mulher.

O deputado Jorge Vianna (PMDB-BA), autor do substitutivo para a reforma agrária aprovado na Comissão da Ordem Econômica, também protestou: “O meu voto vale o mesmo que o voto do Sr. Mario Covas ou do Fernando Henrique Cardoso. Se eles tentarem modificar o que foi aprovado, vamos derrubar no plenário da Sistematização”. O deputado baiano garantiu que a nova Constituição irá garantir o direito das propriedades rurais produtivas. “Terra que produz não pode ser limitada e nem desapropriada”. Ele frisou ainda que os constituintes da Ordem Econômica querem garantir a plena defesa do cidadão contra o Estado. “Não se pode permitir a imissão imediata na posse da terra quando o Ministério da Reforma Agrária (Mirad) tem

mais de 30 projetos agrários rejeitados pela Presidência da República por total improcedência. “Tentaram desapropriar Londrina”, lembrou o constituinte.

ARTICULAÇÕES

Parlamentares de vários partidos reuniram-se em almoço, ontem, no Carlton Hotel para definir uma estratégia com o objetivo de estruturar um grupo ideologicamente de centro com a adesão de políticos de todos os partidos para influir nas mais importantes deliberações da Assembléia Nacional Constituinte.

Cerca de 40 parlamentares participaram da reunião, articulada por alguns deles. Entre os presentes estavam os deputados Roberto Cardoso Alves e Jorge Vianna, do PMDB, Guilherme Afif Domingues, do PL, a deputada Rita Furtado, também do PMDB, e o senador João Calmon. O grupo pretende estruturar-se para examinar as emendas que merecerão seu apoio em plenário, quando das votações.

Cardoso Alves acredita que o grupo deverá crescer consideravelmente, argumentando que a posição ideológica de centro, longe dos extremismos de esquerda e de direita, é majoritária na Assembléia Nacional Constituinte.

— Nós queremos garantir — disse Cardoso Alves — a aprovação de uma Constituição verdadeiramente democrática.

Covas luta pelo programa

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, promoveu longa reunião, ontem à tarde, na biblioteca do Senado com os senadores Afonso Camargo, José Richa e Almir Gabriel e os deputados Euclides Scalco, Miro Teixeira, Ana Maria Rattes, Maurício Fruet, Nilson de Souza e Nelson Fridrich para analisar algumas decisões da Constituinte em face dos compromissos históricos do partido, que terão de ser levados ao conhecimento das bases partidárias.

O deputado Maurício Fruet, presidente do PMDB do Paraná, disse que um grupo de trabalho deve concluir o levantamento das conclusões de todas as comissões temáticas da Constituinte até a próxima terça-feira. A análise desse material será enviada para os delegados convencionais de todo o Brasil, capacitando-os a tomar uma posição consciente quando vem a ter de votar na convenção nacional dos dias 18 e 19 de julho.

COMPATIBILIDADE

Covas e os demais participantes da reunião, segundo depoimento de Maurício Fruet, estiveram analisando algumas das decisões das comissões temáticas procurando compará-las com os compromissos históricos do PMDB, como é o caso da decisão sobre reforma agrária, considerada um retrocesso, ou a definição sobre empresa nacional, considerada excessivamente tolerante com a empresa estrangeira.

Até terça-feira da próxima semana estará concluído esse levantamento, que se centrará em cinco pontos principais, incluindo os dois já referidos — ou seja, definição de empresa nacional e reforma agrária em face do programa partidário.

O líder Mário Covas e seus amigos e vice-líderes estão se articulando com as bases partidárias para preparar o espírito dos convencionais em relação aos compromissos históricos do PMDB. Em Pernambuco, por exemplo, é o próprio líder do PMDB na assembleia, deputado Marcus Cunha, o responsável pela articulação. Assim, ocorre em vários outros estados do País, tendo em vista que o líder partidário conhece os delegados convencionais.



Cabral, a estrela da Constituinte: dezenas de entrevistas e reuniões por dia

Pontos polêmicos já definidos

Conselho de Segurança Nacional — Acatando parecer da Comissão de Organização dos Poderes, a Comissão de Sistematização extingue o Conselho de Segurança Nacional e cria o Conselho da República. Ao contrário do CSN, que era composto pelos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, Senado, STF e pelos ministros de Estado, o Conselho da República terá a participação de seis cidadãos brasileiros natos, acima de 35 anos: dois serão indicados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado e os outros dois pela Câmara, todos com mandato de três anos. Além dos representantes da sociedade, compõem o novo Conselho o ministro da Justiça (no lugar do presidente do STF), os presidentes da República, Câmara e Senado, um ministro militar, além dos líderes da maioria e das minorias na Câmara dos Deputados. E competência do Conselho da República: manifestar-se sobre o fechamento da Câmara dos Deputados, nomeação do primeiro-ministro, declaração de guerra e celebração de paz, intervenção federal nos Estados e declaração de estado de sítio e de calamidade pública.

Supremo Tribunal Federal — Derrubada a proposta de criação de um Tribunal de Garantia Constitucional, permanece o STF com a competência de assegurar o respeito e a garantia da inviolabilidade dos princípios constitucionais, de acordo com parecer do deputado Egidio Ferreira Lima, da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. E criado também o Supremo Tribunal de Justiça, que absorve parte das atribuições do STF e todas as funções do Supremo Tribunal

de Recursos (STR), que também desaparece.

Justiça nos Territórios e Municípios — Eliminada a criação de juizados especiais, de menores e de paz nos municípios e territórios. O Poder Judiciário dos Municípios estará vinculado ao Tribunal de Justiça dos Estados, enquanto o dos Territórios continua vinculado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Pluralidade Sindical — Prevaleceu na Comissão de Sistematização a tese da pluralidade sindical, com representação única perante o Estado. Isto quer dizer que, por exemplo, os metalúrgicos podem formar até três sindicatos, mas apenas um será escolhido pelo Estado para fins de negociação. O fim da contribuição sindical compulsória ainda não foi definido.

Estabilidade e redução da jornada — Estes dois pontos foram considerados pacíficos pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Será concedida aos trabalhadores a estabilidade no emprego através de um contrato de prazo fixo, sem contar os 90 dias já previstos no contrato de experiência. Além disso, figurará no projeto constitucional a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais.

Usinas nucleares — Na área da Ciência e Tecnologia, as atividades nucleares em território nacional somente serão permitidas para fins pacíficos, ficando a cargo do Congresso Nacional a fiscalização deste dispositivo. Assim, fica limitada a construção de navios submarinos nucleares ou de bomba atômica.

Isenção para táxis é renovada

O Senado Federal aprovou ontem o projeto de lei que renova a concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis de passageiros a motoristas profissionais autônomos (titulares de permissão ou concessão para exploração do serviço de táxi), às cooperativas de trabalho voltadas ao mesmo serviço e às pessoas portadoras de deficiência físico-paraplegica. Este dispositivo vigora até 31 de julho do próximo ano e garante a reutilização do benefício nos casos, comprovados, de destruição completa, furto ou roubo do veículo.

Foi aprovado o projeto de lei que estabelece mudanças na forma de administração do Território Federal de Fernando de Noronha, desvinculando-o do Estado-Maior das Forças Armadas e o colocando sob supervisão do Ministério do Interior. O Território passa a ser administrado por um governador nomeado pelo Presidente da República, que será auxiliado por um secretariado, também nomeado.

COMPENSAÇÃO

A Polícia Militar do Distrito Federal foi ontem beneficiada com a aprovação de projeto de lei que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.619/70, que trata dos vencimentos, indenizações e proventos dos militares, de acordo com anteprojeto encaminhado ao presidente Sarney, em outubro do ano passado, pelo governador José Aparecido. O novo texto, depois de sancionado pelo Palácio do Planalto, concede aos policiais militares a "compensação orgânica", destinada a compensar "os desgastes orgânicos do policial militar, pelo desempenho efetivo e continuado de suas atividades profissionais".

União não vai dar recurso a fundo fechado

A Comissão de Sistematização deve rejeitar dispositivo aprovado pela Comissão da Ordem Social da Assembléia Nacional Constituinte que obriga a União a contribuir, com igual parcela que os beneficiários, para o custeio dos fundos de pensão fechados das empresas estatais.

Esse dispositivo, considerado uma porta aberta para a continuidade do crônico déficit nas contas federais, foi incluído no anteprojeto da nova Carta graças a uma eficiente ação de lobby coordenada pela Abrapp Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada — e que contou com a participação de associações de funcionários e fundos fechados de previdência de todas as empresas estatais. Um total de 33 emendas, de idêntico teor e assinadas por 33 diferentes parlamentares, foram encaminhadas à Comissão da Ordem Social.

Freire critica interferência do Executivo

O líder do PCB, Roberto Freire (PE), considerou o projeto de lei do Executivo, que trata das relações de trabalho e organização sindical, enviado ao Congresso, como "um desrespeito à Constituinte".

Pelo argumento do parlamentar a Constituinte encontra-se atualmente em processo de deliberação a respeito do assunto, e por tal motivo "não é necessário que o Executivo interfira ou que se manifeste".

Convenção fará "recomendações"

A convenção nacional do PMDB não deve obrigar os parlamentares do partido a seguir as suas decisões nas votações do plenário da Constituinte, mas sim fazer recomendações, deixando a decisão final a cargo da consciência de cada um.

Esta posição — contrária à opinião do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas — foi defendida pelo presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, ontem à noite, pouco antes do início de uma reunião com lideranças do partido, na sua residência.

DEBATES

O presidente Ulysses Guimarães citou como principais pontos do debate na convenção o sistema de governo a ser adotado pelo País — parlamentarismo ou presidencialismo — a reforma agrária, o endividamento externo e interno e a ordem econômica, "no sentido de privilegiarmos os mais necessitados, os assalariados". Quando questionado sobre o mandato presidencial, lembrou que o deputado Maurício Fruet, através da convocação da convenção, solicitou que este assunto fosse submetido aos convencionais.

REUNIÕES

Ulysses Guimarães explicou que as reuniões entre as lideranças partidárias e outros integrantes da bancada são importantes porque a pauta da convenção é bastante ampla. "O objetivo é disciplinar, fazer um trabalho que irá para os presidentes dos diretórios regionais, com a definição dos assuntos prioritários, para que se atinja os objetivos da convenção".

No sábado, haverá um debate sobre a ordem econômica, sob a coordenação do presidente da Fundação Pedrosa Horta, Severo Gomes.



Descontraído, Ulysses recebe gauchas de Garibaldi



Cardoso Alves discorda de...



...Covas em quase tudo